

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
CÂMARA TÉCNICA DO PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
ATA DA 41ª REUNIÃO

Data: 12 e 13.º de janeiro de 2006.

Local: Mini auditório da Secretaria de Recursos Hídricos/MMA, localizado no 4.º andar do edifício sede da CODEVASF, SGAN 601, lote 1, Brasília/DF.

PARTICIPANTES:

- Ministério da Saúde:
Hascalon Rodrigues Lima (hascalon.lima@funasa.gov.br)
- Ministério da Integração Nacional:
Demetrios Christofidis (christofidis@unb.br)
- Ministério do Meio Ambiente – SRH:
Luiz Augusto Bronzatto (luiz.bronzatto@mma.gov.br)
- Ministério dos Transportes:
Fred Crawford Prado (fred.crawford@transportes.gov.br)
- Ministério das Cidades:
Sergio Antonio Gonçalves (sergiog@cidades.gov.br)
- Ministério das Minas e Energia:
Eduardo de F. Madeira (madeira@mme.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – ANA:
João Gilberto Lotufo (jglotufo@ana.gov.br)
- Ministério da Ciência e Tecnologia:
Jaime Felicio Paulo (jpaulo@mct.gov.br)
- Conselhos Estaduais São Paulo / Rio de Janeiro :
Katia Simões Parente (katiasimoes@sp.gov.br)
- Conselhos Estaduais Espírito Santo / Minas Gerais:
Ausente
- Conselhos Estaduais Bahia / Ceará:
Ausente
- Concessionárias e Aut. de Geração Hidrelétrica:
Regina Menrava Romanini (regina.romanine@cesp.com.br)
- Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgoto:
Maria Arlete Rosa (arleterosa@sanepar.com.br)
- Indústrias:
Patricia H. G. Boson (tita@uaigiga.com.br)
- Organizações Não Governamentais:
Ninon Machado de Faria Leme Franco (ipanemasede@yahoo.com.br)
- Comitês, Consórcios e Assoc. Interm. Municipais de Bacias Hidrográficas:
Ausente
- Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa – ABRH:
Francisco de Assis de Souza Filho (assisfilho@secrel.com.br)

CONVIDADOS:

- 43 • Ana Carolina P. Coelho(anacarolina@ana.gov.br)
- 44 • Alberto J. Palombo(apalombo.pnrh@terra.com.br)
- 45 • Antonio Roberto G. Lopes (arglopes@ana.gov.br)
- 46 • Antonio Eduardo Lanna (aelanna@terra.com.br)
- 47 • Andrea Paula Carestiatto Costa (acarestiatto@uol.com.br)
- 48 • Adriana Lustosa da Costa (adriana-lustosa.costa@mma.gov.br)
- 49 • Antonio Carlos Tatit Holtz (antonioholtz@globo.com)
- 50 • Bernadette Back (bernadette.back@cvrd.com.br)
- 51 • Bolivar A. Matos (bolivar@ana.gov.br)
- 52 • Elimar do Nascimento (eleimar.nascimento@uol.com.br)
- 53 • Fabiola Lima (fabiolalima@elabore.com.br)
- 54 • Francisco José Lobato da Costa (fjlobato@uol.com.br)
- 55 • Guilherme A. de Saboya Gouveia(guilherme.gouveia@integracao.gov.br)
- 56 • Gustavo Faleiros (gustavo.faleiros@patri.com.br)
- 57 • Yvonilde Dantas Pinto Medeiros- Comitê da Bacia do Rio São Francisco
- 58 • Joao Bosco Senra (joao.senra@mma.gov.br)
- 59 • Luiz Claudio Figueiredo (luiz.figueiredo@cnrh-srh.gov.br)
- 60 • Marisa Carvalho Durão Barbosa(mdurao@furnas.com.br)
- 61 • Marley Caetano de Mandonça (marley.mendonca@mma.gov.br)
- 62 • Maria de Fátima Chagas Dias Coelho (fati.bh@terre.com.br)
- 63 • Marcelo Lacerda (marcelo.lacerda@patri.com.br)
- 64 • Marco José Melo Neves (marco-jose.neves@mma.gov.br)
- 65 • Monica Branco (monica.branco@caixa.gov.br)
- 66 • Olga K. B. Calhman (calhman@furnas.com.br)
- 67 • Percy Soares Neto
- 68 • Rachel Landgraf de Siqueira
- 69 • Roberto Coimbra (roberto.coimbra@mma.gov.br)
- 70 • Rodrigo Speziali (rspeziali@aol.com)
- 71 • Rodrigo Mattioli (rodrigo.mattioli@mma.gov.br)
- 72 • Roseli dos Santos Souza (roseli.souza@mma.gov.br)
- 73 • Sonia Alves (sonia.alves@idades.gov.br)
- 74 • Simone Vendruscolo (simone.vendruscolo@mma.gov.br)
- 75 • Viviani Pineli Alves (viviani.alves@mma.gov.br)
- 76 • Wilson de Azevedo Filho(wil.filho@terra.com.br)

77 **RELATORIA:**

- 78 ▪ Fabiano Chaves da Silva- Relator da CTPNRH
- 79 ▪ Ednaldo Mesquita Carvalho – (ednaldo.mesquita@mma.gov.br)

80 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

81 Ao 12.º dia de janeiro do ano de dois mil e seis, com início às nove horas e trinta minutos, a Câmara
82 Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH do Conselho Nacional de Recursos
83 Hídricos – CNRH realizou sua quadragésima primeira reunião convocada há dezessete dias, sob a
84 presidência do senhor Francisco de Assis de Souza Filho e tendo como relator o senhor Ednaldo
85 Mesquita Carvalho. **1 – Abertura.** O Sr. Francisco de Assis, Presidente da CTPNRH, iniciou as
86 atividades saudando os presentes e desejando a todos um feliz 2006, destacando a presença do Sr.
87 Secretário de Recurso Hídricos- Dr. João Bosco Senra. Especificamente sobre a pauta comentou
88 que após aprovação da ordem do dia, iria propor o início das análises do conteúdo do PNRH,
89 volume a volume. Para o segundo dia da reunião, sugeriu a discussão do “Parecer Sobre o Plano

90 Nacional de Recursos Hídricos” cuja minuta de sua autoria seria distribuída oportunamente, e em
91 seguida a análise a aprovação de minuta de resolução que aprova o PNRH pela plenária do CNRH.
92 **2- Informes.** A Sra. Ninon informou que em recente oficina promovida pela TWRM que tratou de
93 Conceitos e Gestão de Recursos Hídricos na América Latina, na qual ela estava presente bem como
94 o Sr. Lotufo, ela constatou que o Brasil está em estágio avançado de desenvolvimento no que diz
95 respeito à implementação da Política de Recursos Hídricos. Outro ponto destacado pela
96 Conselheira, foi relacionado aos avanços já obtidos pela Sociedade Civil na participação da
97 Governança dos Recursos Hídricos praticada no Brasil, mesmo com todas as dificuldades
98 enfrentadas. O Secretário João Bosco fez comunicação sobre a publicação da Portaria nº 393 de
99 29/12/2006, que trata da recomendação de “articulação entre os integrantes do Sistema Nacional de
100 Recursos Hídricos-SINGERH no sentido de viabilizar a presença de representantes do Sistema no
101 4.º Fórum Mundial de Água” conforme Moção n.º 34 do CNRH. Disse que a ANA deverá
102 coordenar, juntamente com a SRH, a participação do Brasil no evento. **3- Leitura e aprovação das**
103 **Atas da 39.ª e 40.ª Reuniões da CTPNRH.** O Presidente da Câmara solicitou ao Sr. Ednaldo, que
104 estava substituindo o relator da CTPNRH, Sr. Fabiano que administrasse o processo de aprovação
105 das atas. Foi solicitado aos presentes a dispensa da leitura das atas, porque as mesmas já tinham
106 sido enviadas com antecedência regimental, após concordância dos presentes, os membros
107 presentes apresentaram suas sugestões de correções às atas. A Sra. Ninon registrou a boa qualidade
108 das atas como documentos importantes para a implantação da Política Nacional de Recursos
109 Hídricos. As duas atas foram aprovadas com algumas emendas sugeridas pelo Sr. Luiz A.
110 Bronzatto. **4- Análise e discussão dos Volumes do PNRH-** O Sr. Assis sugeriu uma subdivisão no
111 item 4 da pauta, propondo a discussão volume a volume do PNRH apresentado pela SRH, após,
112 seriam discutidos o Parecer Técnico da CTPNRH e em seguida a proposta de Resolução. Após
113 concordância dos membros da Câmara, o Presidente passou a palavra para o Representante da SRH
114 Sr. Luiz A. Bronzatto. Foi informado que após a reunião da CT, em dezembro, o GTCE montou
115 uma estratégia para reduzir e unificar os volumes 1 e 2 do PNRH, anteriormente elaborados, para
116 compor um único documento, que é um diagnóstico denominado “Panorama e Estado dos Recursos
117 Hídricos no Brasil. Como tudo foi feito em conjunto com a ANA, cuja participação foi
118 fundamental, o Sr. Luiz A. Bronzatto passou a palavra para o Sr. Lotufo que ressaltou o esforço de
119 todos para o atingimento dos objetivos estabelecidos. O Sr. Bronzatto registrou que havia sido
120 estabelecido que os últimos volumes do PNRH deveriam ter sido enviados ainda no final do ano,
121 mas optou-se por uma melhoria de qualidade, enviando-os no dia 05/01/06. Para apresentar o
122 primeiro volume do PNRH, foi passada a palavra para o Sr. Percy da GTCE/SRH para realizar
123 apresentação (**ANEXO1**) sobre o item da pauta. Como grandes blocos destacou - Contexto
124 Nacional e Internacional - Histórico e aspectos políticos, legais e institucionais da gestão integrada
125 dos recursos hídricos no Brasil.-Aspectos que condicionam a demanda por recursos hídricos –
126 macroeconômicos, ambientais e sócio-culturais.-Balanço entre a disponibilidade e a demanda por
127 recursos hídricos e situações especiais de planejamento. -Análise integrada, desafios e
128 oportunidades para a gestão dos recursos hídricos no Brasil. Após apresentação, o Sr. Assis deu
129 início às discussões, explicando mais uma vez que o que foi apresentado contempla os dois volumes
130 anteriormente enviados. A Sra. Ninon iniciou os debates, parabenizando os esforços despendidos
131 pelos órgãos públicos e demais segmentos da sociedade que participaram do processo de elaboração
132 do PNRH. Como sugestão inicial, sugeriu uma revisão dos nomes das pessoas que trabalharam no
133 processo de elaboração, recomendou a uniformização das expressões que tratam dos tratados e
134 acordos internacionais, finalmente sugeriu a citação do Documento Base de Referência - DBR
135 como uma premissa básica que deve ser sempre lembrada, inclusive, como um dos *considerandos*
136 da proposta de resolução. Em seguida, o Sr. Fred informou que havia lido todo o primeiro volume
137 do PNRH e que havia feito suas sugestões no próprio documento, mas que poderia fazê-lo de outra
138 maneira, extraindo-as do documento, enviando posteriormente. Em seguida, de forma resumida,
139 explicou cada uma das suas sugestões.- Recomendou consulta ao livro, como sugerido pelo Sr.
140 Demetrios, do Prof. Luiz Américo Pastorino, intitulado Política Nacional de Navegação Interior.
141 Sugeriu que fossem retiradas do livro as primeiras Diretrizes para os Recursos Hídricos do Brasil. -

142 Registrou que viu muitas menções aos aquíferos e poucas às águas de lençol freático dos poços
143 rasos, pediu mais detalhamento explícito. - Sobre o domínio das águas, sugeriu que o “PNRH deve
144 falar dos rios tidos como estaduais que atravessam reservas indígenas (terras da União), assim
145 como nos que banham terrenos de marinha. Esses trechos de rio, mesmo em caudal que nasçam e
146 morram em um estado ou no Distrito Federal, são da União”, e devem ter seu uso disciplinado pela
147 ANA. Completou, dizendo que o Art. 231 da Constituição Brasileira que trata da gestão dos
148 recursos hídricos em terras indígenas, deve ser pelo menos mencionado. - Sobre as citações
149 relacionadas ao Código das Águas, sugeriu que seja citado o Decreto Lei nº 2.281, de 05/06/1940,
150 que define o que vêm a ser rios e lagos navegáveis. Mencionou ainda que essas definições servem
151 para se saber se os terrenos reservados nas margens dos corpos de água são públicos ou privados, o
152 que é importante para o estabelecimento e manutenção das matas ciliares, áreas de preservação
153 permanente.- O Sr. Fred também manifestou sua discordância sobre 56 unidades de planejamento
154 citadas, no documento. Ponderou que elas não foram aprovadas pela CTPNRH e como não
155 correspondem às Bacias Hidrográficas, unidades territoriais de planejamento definidas na Lei
156 9.433/1997, elas se constituíam em subversão à Lei.- Sobre acordos e tratados, recomendou que
157 fosse mencionado o Acordo IIRSA, que trata de Hidrovias, subscrito por 12 países da América do
158 Sul, inclusive o Brasil.- Sobre águas pluviais, disse o representante do Ministério dos Transportes
159 que está definido que as águas fluviais são públicas, mas as pluviais não foram disciplinadas,
160 recomenda que estas sejam mencionadas com opiniões de outros a respeito, como a do Prof. Paulo
161 Afonso Leme Machado em seu livro “Recursos Hídricos: direito brasileiro e internacional que dá a
162 entender que as águas pluviais podem ser privadas.- Sobre o mapa de hidrovias contido no
163 documento, foi dito que o mesmo está desatualizado, que seria encaminhado por ele outro mais
164 atualizado.- Sobre as legislações estaduais sobre a água, afirmou que só à União cabe legislar sobre
165 as águas. Sugere que o plano comente sobre este detalhe. Concluiu, dizendo que não há supremacia
166 do Estado sobre a União neste caso. Da mesma forma, disse o Sr. Fred que não concordava com a
167 supremacia dos planos Estaduais sobre os Planos de Bacia. Sobre a menção no PNRH à Lagoa
168 Mirim, recomendou que seja mencionada a Barragem de São Gonçalo projetada pelo Eng. Otto
169 Pfafstetter, como um exemplo de uso múltiplo e de preservação da qualidade da água. No
170 documento Programas Nacionais e Metas, especificamente no Programa de Usos Múltiplos e
171 Gestão Integrada de Recursos Hídricos recomendou atenção, coerência e efetividade do Art. 52 da
172 Lei 9.433 lido por ele. Diante desta conjuntura, solicitou que as macrodiretrizes do programa sejam
173 ampliadas, atendendo este preceito legal com ênfase no planejamento integrado, prevalecendo os
174 usos múltiplos da água e dos potenciais hidráulicos. Ainda sobre o Documento I do PNRH em
175 discussão, o Sr. Demetrios relatou que seus comentários foram feitos e enviados, considerou os
176 documentos adequados com uma linguagem muito boa que reflete toda a experiência do País, a
177 visão é isenta e não setorial, no que concerne a recomendações sugeriu: - reforçar a integração
178 horizontal, vertical e transversal entre os diversos agentes envolvidos com a água,- definição de
179 Planejamento e Programas conjuntos entre os setores afins para inserir o interesse coletivo, reduzir
180 custos, evitar perdas, minimizar impactos negativos e aumentar benefícios,- propiciar o início de um
181 planejamento integrativo no País e uma execução responsável que respeite os empreendimentos
182 associados à água.- acrescentar ao instrumento “outorga preventiva” a visão de “sinergia
183 potencializadora”.- Definir graus de prioridade para: água para os ecossistemas - vida. Água para
184 saúde: abastecimento humano, dessedentação animal, sistemas de coleta e tratamento de esgotos,
185 drenagem urbana sustentável e coleta e tratamento de resíduos sólidos. Água para a nutrição:
186 alimento vegetal, peixes e animais de pequeno porte, como prioridade à produção de fibras,
187 combustível (cana de açúcar/álcool) e animais de grande porte. O representante do Ministério da
188 Integração nacional complementou, dizendo ser seu desejo que as intenções do PNRH : -
189 possibilitem que a água seja um bem comum e de acesso às necessidades básicas de todos os
190 brasileiros;- consigam que a população brasileira possa perceber o valor intrínseco da água; - levem
191 a que possamos alcançar um efetivo sistema integrado de gestão dos recursos hídricos no Brasil;-
192 propiciem que cada setor realize suas potencialidades, respeitando as lógicas e vocações dos
193 demais usuários e agentes e adotem posturas de conservação dos mananciais provedores das

194 diversas necessidades da água;- possibilitem a assimilação pelos diversos agentes, as prioridades da
195 água para a vida que são os ecossistemas,a saúde e a nutrição;- difundam a noção aos seres
196 humanos de que quanto melhor estiverem as águas exteriores e coletivas, melhores serão nossas
197 águas interiores pessoais. Usando a palavra para os seus comentários, a Conselheira Patrícia Boson
198 parabenizou a SRH, com o apoio da ANA, pelo trabalho hercúleo e grandioso realizado sobre o
199 volume do PNRH em discussão . Informou que suas sugestões também já haviam sido enviadas
200 antecipadamente e que iria a seguir fazer comentários sintéticos sobre cada uma.- solicitou uma
201 revisão de forma e ortografia, (detectou muitos erros gramaticais), por pessoa habilitada.- Como o
202 esforço no processo de elaboração foi além do sistema, sugere citação sobre o número total de
203 pessoas que participaram deste esforço conjunto.- Não concordou com afirmativa que os setores
204 usuários é que faziam a Política dos Recursos Hídricos, o correto seria explicitar o setor.- Entende
205 ser importante mencionar o esforço dos Estados para promover a adequação das suas legislações
206 que tratam dos Recursos Hídricos à Lei 9.433.- Sugeriu melhor tratamento às questões de
207 Enquadramento, por entender ser da maior importância para a integração da Gestão Ambiental com
208 a de Recursos Hídricos.- Especificamente sobre o Capítulo IV, a Conselheira disse que da forma
209 que o mesmo está escrito ele não poderá ser aprovado e muito menos analisado. Mostrou que
210 existem erros de estrutura, de lógica e que não é apenas uma questão de revisão. Recomendou que o
211 mesmo seja reescrito. Como exemplo, disse que um dos pilares do sistema é o seu fortalecimento e
212 este aspecto não ficou claro no capítulo IV. Com relação ao setor representado pela Conselheira,
213 está escrito por exemplo, que a água não é fundamental para a Indústria, com o que ela não
214 concordava. Outro aspecto citado por ela, dizia respeito às questões relacionadas ao setor
215 hidrelétrico; sua importância e seu pioneirismo que devem ser melhor explorados e explicitados.
216 Sobre o Capítulo VII do mesmo documento, a Conselheira solicitou informações mais detalhadas
217 sobre o que significam as Ecorregiões Aquáticas, quais seriam as restrições de uso decorrentes e
218 quais as suas regulamentações, tudo isso deveria ficar mais claro no texto para ser aprovado pelo
219 setor representado por ela. Questionou ainda, porque não há menção do capítulo X do Aquífero
220 Guarani. Recomendou que não se coloque no mesmo nível de preocupação os esgotos domésticos e
221 os efluentes industriais, sugeriu que o PNRH deixe claro que o saneamento é o maior problema de
222 poluição dos Recursos Hídricos. Ao final, disse a Sra Patrícia Boson que outras sugestões de forma
223 e conteúdo foram detalhadas no documento encaminhado por ela e que esperava que as mesmas
224 pudessem vir a ser acatadas. Questionado sobre os encaminhamentos que seriam dados às questões
225 levantadas pelos membros da CTPNRH, o Sr. Assis, presidente da Câmara, disse que existiam
226 basicamente três tipos de correções a serem feitas: - aquelas textuais e de consenso, -aquelas que
227 suscitaram discordância técnica ou de conteúdo que deveriam ir para a plenária do CNRH- e
228 aquelas de inconsistência técnica que deveriam ser resolvidas na própria reunião, como o caso do
229 Capítulo IV mencionado pela Sra. Patrícia e outras mencionadas pelo Sr. Fred. Ao final, completou
230 o Presidente da CT, seria feita uma discussão sobre o conjunto da obra cujas ponderações estariam
231 contidas no Parecer Técnico cuja minuta já havia sido preparada por ele. Sugeriu ainda que todas as
232 sugestões apresentadas, após sistematização poderiam ser anexadas à Ata. O Sr. Sérgio Gonçalves,
233 representando o Ministério das Cidades-MC, deu continuidade às discussões ,dizendo que tem
234 acompanhado todo o processo de elaboração do PNRH juntamente com a Sra. Cláudia. Comentou
235 que o MC, como Governo, já apresentou no decorrer do processo suas sugestões e que as mesmas
236 foram incorporadas. Aproveitou para também enaltecer o trabalho da CT, afirmando ser um desafio
237 fazer um plano desta envergadura em um País Federativo como o Brasil, porque nestas condições,
238 todos os entes tem a sua importância, os seus interesses devem ser respeitados e recomendou que a
239 CT através do PNRH atue nos processos de concertação. Registrou que foram obtidos muitos
240 ganhos para o setor de Saneamento após correções e adequações propostas e acatadas. Informou
241 que no Saneamento não existem diretrizes e sim teses, caso hajam mudanças legais, esperava que
242 estas viessem a ser acatadas , devido ao próprio dinamismo do PNRH. O importante é que o Plano
243 ande, na medida em que houverem necessidades de novas revisões estas devem ser feitas, deve-se
244 avançar para ser possível nortear o processo de desenvolvimento econômico e ambiental. Concluiu,
245 dizendo que os documentos são bons e que se deve avançar. O Sr. Eduardo Madeira, do Ministério

246 das Minas e Energia- MME, deu o seu depoimento de apoio ao PNRH como estava concebido e
247 disse que como os demais, também havia enviado suas sugestões com antecedência. Registrou que
248 ainda naquele dia iria receber outras sugestões de outros setores do seu Ministério e que iria
249 encaminhá-las naquele mesmo dia. O Secretário João Bosco ponderou que os documentos eram o
250 resultado decorrente das próprias sugestões da CT, disse que a síntese, da maneira que foi feita e
251 com o tempo curto disponível, poderia conter algumas imperfeições. Para não perder muito em
252 qualidade, os documentos foram enviados após a data prevista. Sugeriu que as sugestões fossem
253 sistematizadas para após, serem discutidas as questões centrais, admitiu que alguns aspectos
254 poderiam estar faltando, mas apelou para que se fizesse o possível para se concluir a análise e
255 validação das sugestões nos dois dias da reunião, e após reunião da CTIL, os documentos pudessem
256 ser encaminhados, juntamente com a proposta de resolução, à plenária do CNRH. Novamente o
257 Presidente da CT fez uso da palavra para reforçar a sua proposta metodológica de análise e
258 validação das sugestões encaminhadas. Explicou que existiam três classes de questões: - aquelas
259 que redundariam em correções técnicas,- aquelas consideradas aditivas ou acréscimos,- e finalmente
260 as questões controversas. Definiu mais uma vez que o que for acordado, será sistematizado com
261 todas as sugestões encaminhadas e será anexado a esta Ata. Sobre o mérito, disse o Sr. Assis que
262 houve melhoria significativa não só quantitativa, mas registrou que houve mudanças também na
263 abordagem qualitativa e que o PNRH, como um todo, atende o que está estabelecido na Lei 9.433.
264 Recomendou que algumas questões pontuais, se forem lógicas e importantes, deveriam ser apenas
265 mencionadas e poderiam ser incorporadas por não haverem discordâncias conceituais. A Sra.
266 Patrícia Boson manifestou que, na sua opinião, questões filosóficas e teóricas não são passíveis de
267 separação, elas são fundamentos para tudo. Entende que o trabalho da CT é também de
268 conceituação e se isso não for feito na Câmara, dificilmente o será na plenária do CNRH. Sobre
269 suas ponderações, disse que a maioria são pontuais de forma e não de mérito, concluiu, dizendo
270 que nada impede que a CT venha a validar o PNRH com alguns destaques como o do capítulo IV
271 do volume I. O Sr. Assis manifestou-se, dizendo que o Plano deve ter consistência, conceitos
272 corretos e suficientemente sintéticos e que até aquele momento da reunião, ele não havia visto nada
273 em termos estruturais que impedisse a aprovação do PNRH. A Conselheira Ninon, por sua vez,
274 comentou que enviou suas sugestões relativas ao Parecer Técnico diretamente ao Presidente da CT,
275 concordava com o item 5 do parecer, onde fica explícito que o PNRH não é um somatório de
276 planos. O Sr. Luiz Augusto, da SRH, ponderou que pode ser muito sacrificante discutir os 4
277 volumes, mas lembrou que muitas das questões levantadas estão diluídas nos demais conteúdos.
278 Sugeriu que os documentos viessem a ser analisados pela sua importância e caráter estratégico,
279 concordando com o encaminhamento proposto pelo Presidente da CT, sem perder de vista o caráter
280 estratégico do PNRH, citado anteriormente. Solicitou que as questões de fundo fossem objeto de
281 maiores discussões e que a alma, a essência do Plano seriam as suas Diretrizes e Programas e
282 Metas. O Sr. Hascalon, representando o Ministério da Saúde, procurou analisar algumas questões
283 pontuais, como por exemplo o Saneamento, sugerindo que seja citado como Saneamento Básico.
284 Comentou que como desafio, deveria ser mencionado a necessidade de um marco regulatório para
285 organizar, disciplinar as diversas entidades que tratam do assunto. A Sra. Regina Romanini
286 representando as Concessionárias de Geração Hidrelétrica disse que o Plano deve ser dinâmico e
287 que concordava que as discussões deveriam ser focadas nas questões maiores e de fundo.
288 Encerrando a manhã do primeiro dia, o Sr. Lotufo, da ANA, sugeriu que caberia ao GTCE agrupar
289 as ponderações nos três grupos de questões sugeridos: pontuais, acréscimos e aquelas consideradas
290 controversas. No período da tarde seriam analisados primeiramente os outros conteúdos e após, a
291 CT retornaria a análise das questões de forma sistematizada. O Presidente da CT, após ouvir os seus
292 membros, acatou o encaminhamento proposto. O Sr. Marco Neves, do GTCE/SRH, iniciou as
293 apresentações na parte da tarde, explicando que os Cenários foram divididos em dois blocos, o
294 segundo bloco, apresentado pelo Consultor Sr. Lanna (**ANEXO 2**), tratava de quantificações que
295 tiveram como base a oficina de cenários, em seguida passou a palavra para o Consultor Sr. Elimar
296 (**ANEXO 3**). Iniciou o consultor, comentando que as sugestões da CT para adensar o Documento
297 foram acatadas com a retirada de dois capítulos. Disse que, inicialmente com 170 páginas, o

298 documento estaria agora com 140 páginas e que um conjunto de quantificações foi acrescentado,
299 havendo necessidade ainda que fossem “batizados”, ou que fossem definidos os nomes dos
300 cenários. Os tópicos básicos da Palestra Anexa foram:- Passos na construção dos cenários. -
301 Incertezas, críticas.- Síntese dos Cenários. Sugestão de estratégia robusta. Com 7 invariantes-
302 Possíveis nomes sugeridos para os cenários. Em seguida, o Consultor Sr. Lanna fez sua exposição
303 com o título: Águas para o futuro; três cenários para 2020. A apresentação teve o seguinte escopo:
304 prospecção- a) Estágio de implementação dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos. b)
305 Incremento nos principais usos setoriais: irrigação, geração de energia, navegação, diluição de
306 esgotos. Durante a apresentação do Sr. Lanna, foi solicitado ao Sr. Marco Neves que apresentasse o
307 Balanço Hídrico para 56 regiões hidrográficas, recorte específico para esta finalidade, levando-se
308 em conta os três cenários citados, com uma visão quantitativa. Retomando a palavra, o Sr. Lanna
309 apresentou na sequência a prospecção de incremento de geração de Energia Elétrica. Foi explicado
310 que o setor já havia feito estudos de cenários, mas com o estabelecimento de um incremento no PIB
311 superior à aqueles estabelecidos para a cenarização do PNRH, havendo portanto necessidade de
312 adequações. Outras premissas foram também elencadas para o Setor Elétrico como estoque de
313 energia e sistema inteligente. Como resumo, foi dito pelo consultor que a matriz de energia elétrica
314 deveria mudar, em função do crescimento do país que pressionaria o setor. Foram ainda abordadas
315 as prospecções relacionadas ao incremento na extensão das Hidrovias e sobre a diluição de esgotos
316 apoiados em estudos do Ministério das Cidades- Programa de Modernização do Setor de
317 Saneamento- PMSSII - fundamental para as projeções de necessidades de investimento até 2020, da
318 ordem de 180 bilhões de reais, sendo que o tratamento de esgotos representam 60% deste total.
319 Continuando as apresentações, o Consultor Sr. Lobato apresentou a palestra (**ANEXO 4**), seguindo
320 o seguinte roteiro de apresentação: - Objetivo geral do PNRH; - Aspectos metodológicos e bases
321 conceituais para a formulação de diretrizes do ONRH.- Definições, tentativas do PNRH. - Objetivos
322 estratégicos do PNRH. - Elementos para uma “Estratégia Robusta”. - Macro diretrizes do PNRH.
323 Dando continuidade, a Sra. Fátima Chagas fez a apresentação final (**ANEXO 5**), abordando o
324 último conteúdo do PNRH- Programas Nacionais e Metas. O PNRH foi estruturado em 4
325 componentes, 13 programas e 30 subprogramas. Os componentes do Plano foram assim descritos: -
326 Primeiro componente - voltado para o ordenamento institucional da GIRH no Brasil, para os
327 instrumentos da política e ações de capacitação e comunicação social.- Segundo componente -
328 temas relacionados aos setores usuários e aos usos múltiplos dos recursos hídricos.- Terceiro
329 componente - expressa ações em Situações Especiais de Planejamento.- Quarto componente -
330 avaliações sistemáticas do processo de implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos e
331 do alcance de seus resultados. Alertou a Consultora sobre a importância do aspecto de
332 Gerenciamento e Sistemática de Monitoramento e Avaliação do PNRH. Encerrando, a Sra. Fátima
333 comentou sobre as seis metas estabelecidas para o PNRH. Dando continuidade à reunião, o
334 Presidente da CT distribuiu, para uma primeira análise, o Parecer sobre o PNRH preparado por ele,
335 sugerindo em seguida o processo de encaminhamento para a segunda rodada de discussões sobre o
336 conteúdo dos volumes II,III e IV. Solicitou que as manifestações de sugestões de emendas ao Plano
337 deveriam ser agrupadas em : de redação, aditivas, substitutivas, supressivas, sendo que aquelas
338 controversas seriam aprofundadas. Usando da palavra, o Sr. Demetrios voltou a dizer que já havia
339 enviado por escrito suas sugestões, inclusive para os documentos hora apresentados. Sugeriu nomes
340 para os três cenários propostos- *águas em curso*, *águas escassas* e *águas estagnadas*. Reafirmou
341 que discordava de alguns dados, como as estimativas de áreas a serem irrigadas no Brasil e ainda
342 aspectos abordados pelo Consultor Lanna, relacionados às questões quantitativas. Recomendou a
343 criação de um programa especial para estudar o impacto da agricultura de sequeiro e da pecuária
344 sobre os recursos hídricos. A Conselheira Ninon manifestou-se, sugerindo que deveria haver um
345 refinamento de todas as sugestões enviadas. Solicitou que fosse incluído um programa que
346 abordasse a Bacia do Rio Paraíba do Sul e sua transposição para o Rio Guandu que, de forma
347 estratégica, é responsável pelo abastecimento de água na região metropolitana do Rio de Janeiro.
348 Alertou sobre a importância da água como instrumento social, demonstrou que sentiu falta de maior
349 enfoque nas questões voltadas à sustentabilidade hídrica, recomendou atenção para os

compromissos e tratados internacionais. Disse que deverão existir informações contínuas sobre a essencialidade das águas nos programas voltados à educação. Entendia que o PNRH deva extrapolar o SINGERH, e que a sugestão do nome “Estratégia Robusta” deveria ser retirada. A Sra. Yvonilde, após apresentar-se como integrante da CER da Bacia do Rio São Francisco, disse que não percebeu os enfoques relacionados à matriz, contendo variáveis específicas para aquela região, quando das apresentações. A Sra. Patrícia elogiou os esforços feitos para, a partir das diretrizes, chegar-se aos programas e percebeu, em resposta à Sra. Yvonilde, que as diretrizes ou variáveis propostas pela CER do São Francisco foram, sim, utilizadas e fundamentais para a atual construção dos Planos e Programas. Em resposta ao Sr. Demétrios que sugeriu a mudança do nome do programa Prodes, lembrou a Conselheira que aquele nome já havia sido institucionalizado, não sendo possível a sua mudança. Em seguida, a Conselheira apresentou algumas sugestões para o Volume III do PNRH que não foram enviadas por escrito. Recomendou que fosse dada maior ênfase aos atores e entes que participaram da metodologia ou do processo de construção do Plano. Alertou que o SINGERH faz gestão dos usos dos recursos hídricos, sendo a água para todos e manutenção dos ecossistemas, os imperativos que devem ser os norteadores para processos de planejamento. O Sr. Fred apresentou como sugestões de nomes para os cenários o seguinte: Águas de Março, Águas de Tororó e Lá Vai Maria com referência à música “Lata d’água na cabeça”. Sobre suas sugestões ao Volume I-Diagnóstico, destacou que não concordava com a afirmativa contida no documento de que não há possibilidade de expansão de hidrovias no país. Para facilitar o processo de revisão deste aspecto, enviou mapa específico. Voltou a insistir que não viu em nenhuma das propostas de Programa menção a atendimento do preceito legal contido no artigo 52 da Lei 9.433. Sugeriu que a ANA fosse a entidade responsável pela implementação de planejamento integrado, promovendo a articulação entre os diversos setores usuários. O Sr. Eduardo Madeira informou que deverá receber outras sugestões de setores de seu Ministério e que essas serão enviadas ao GTCE. Alertou que na região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental não há possibilidade de expansão de Energia Hidrelétrica. Recomendou a correção no texto. Demonstrou preocupação com respeito ao contido no artigo 52 da Lei 9.433, por entender que o PNRH não deva conter nada que afete ou substitua as programações e legislações setoriais. Como nomes para os três cenários sugeriu: - Encontro das águas,- Confronto das águas, - Descaso das águas. O Secretário João Bosco parabenizou os consultores expositores e toda a equipe que trabalhou no processo de elaboração do PNRH. Sobre as emendas ou sugestões ao conteúdo do PNRH, solicitou que as mesmas fossem enviadas por escrito, como alguns já o fizeram, para facilitar a sistematização que seria feita ainda naquele dia, ouvindo os consultores responsáveis pelo processo de elaboração. Prometeu apresentar no segundo dia da reunião as conclusões a respeito das emendas acatadas ou não. As sugestões de caráter pontual, semânticas e ortográficas serão acatadas imediatamente, aquelas consideradas controversas serão discutidas pela CT. Complementando o que foi dito, o Sr. Assis reforçou o encaminhamento a ser dado, qual seja, no segundo dia da reunião, a SRH traria a informação do que foi incorporado e a relação das questões complexas e de difícil incorporação e ainda as controversas. Esses dois grupos de questões seriam objeto de discussão na CT. O Sr. Sérgio, do Ministério das Cidades, comentou que seria interessante e importante acrescentar aspectos relacionados à drenagem urbana e manejo das águas pluviais. O Sr. Lotufo demonstrou preocupação relacionada ao grau de dificuldade para a sistematização e análise das sugestões encaminhadas, como foi proposto. Ponderou que houve muito pouco tempo para debates e discussões e sugeriu criar ambiente de credibilidade para a adequação do texto. Recomendou a criação de um grupo final de revisão, com a participação, inclusive, de membros da CT, para receber todas as sugestões, sistematizá-las e incorporá-las, se for o caso, ao conteúdo dos diversos documentos. Encerrando o primeiro dia da reunião, o Presidente da CT parabenizou o grupo de elaboração, enfatizando que conseguiram superar todos os problemas, inclusive o temporal. Concordeu com o encaminhamento proposto pelo Secretário João Bosco que prometeu, para o segundo dia da reunião, a sistematização das sugestões recebidas que seriam analisadas posteriormente pela CT.

Segundo dia- A reunião iniciou-se às 10:20h, com uma recapitulação por parte do Presidente da CTPNRH do que ocorreu no primeiro dia, com o que chamou de intervenções de posicionamento.

402 Foi dito que muitos entregaram para o GTCE suas sugestões de emendas, que deveriam ser
403 sistematizadas pelo GTCE/SRH/ANA, com as correções e ajustes propostos aos textos que não
404 precisariam ser objeto de discussões. Posteriormente, o segundo e terceiro grupos de questões que
405 também seriam sistematizadas, deveriam conter os acréscimos que demandam aporte de trabalho
406 adicional e podem impactar o cronograma físico do PNRH e ainda aquelas questões controversas,
407 polêmicas, com disputas de conceitos. Informou que a SRH trabalhou após o encerramento da
408 reunião do dia anterior, sistematizando as sugestões de emendas encaminhadas por escrito.
409 Enfatizou que o primeiro grupo de questões não seriam lidas, mas para o segundo e terceiro grupos
410 de questões seria dado o tempo necessário para discussão. Por solicitação do Presidente da CT, o Sr.
411 Marley, Diretor da SRH, justificando a ausência do Secretário João Bosco, explicou inicialmente
412 que na sua diretoria estava inserido o GTCE, por este motivo coube a ele mostrar e explicar a todos
413 os procedimentos adotados em termos de sistematização das sugestões encaminhadas pelos
414 membros da CTPNRH. Em termos de metodologia de apresentação, foi adotado a sistematização
415 por documento e não por autor da sugestão. Comunicou que 90% das sugestões apresentadas foram
416 acatadas e foram pertinentes, como a sistematização não foi feita em planilhas pediu desculpas
417 antecipadas, caso viesse a cometer alguma falha. O Sr. Assis solicitou a palavra e propôs comentar
418 e novamente mencionar aqueles pontos que suscitaram polêmicas quando foram mencionados. O
419 primeiro assunto mencionado foi questionado pela Sra. Patrícia Boson, a respeito do capítulo IV do
420 primeiro volume. O Sr. Marley respondeu que já existia uma outra versão para o capítulo que seria
421 melhor do que aquela. Essa nova versão seria revista e enviada ainda no fim de semana para a
422 Conselheira Patrícia. Ela, se a CT estivesse de acordo, validaria a nova versão e esta seria
423 incorporada ao documento. Os membros presentes da CT e a Sra. Patrícia concordaram com os
424 procedimentos sugeridos. Continuando, o Sr. Assis apresentou o segundo assunto que dizia respeito
425 às Ecorregiões Aquáticas Brasileiras - item 7.2, do primeiro volume, também questionado pela Sra.
426 Patrícia que ponderou não haver amparo legal para a questão, e ainda que não fosse da
427 responsabilidade do CNRH estabelecer prerrogativas que seriam competência de outro sistema, no
428 caso o de Meio Ambiente - SISNAMA. Sua proposta era a de retirar o item 7.2 daquele volume do
429 PNRH. A Conselheira Ninon defendeu a permanência do item 7.2. Seus argumentos foram
430 relacionados à responsabilidade da SRH e do CNRH na formulação de políticas, como seria o caso,
431 além de exemplificar que o recorte Mata Atlântica também não possuía instrumento legal
432 regulamentando-a, mas o seu processo de preservação existe, é objetivo e dinâmico. Ponderou que a
433 proposta foi trabalhada por pessoas capazes, portanto deve ser mantida. O Sr. Marley Caetano
434 solicita ao Sr. André Pol, técnico e membro do GTCE, que forneça esclarecimentos sobre o tema.
435 Inicialmente, o Sr. André apresenta um breve histórico sobre o estudo, informando que a
436 abordagem ecorregional tem sido aplicada por mais de trinta anos em diferentes partes do globo e
437 que no Brasil já na década de 90, no âmbito das discussões das “Áreas Prioritárias para
438 Conservação da Biodiversidade do Bioma Amazônia”, subsidiou a proposição de corredores
439 ecológicos e o Programa ARPA que prevê a expansão do SNUC naquele bioma. Contestou a
440 afirmação de que não haveria amparo ao seu uso em documentos legais, fazendo referência ao
441 Decreto 4.339 de 22 de agosto de 2002 que institui os princípios e diretrizes para a implementação
442 da Política Nacional da Biodiversidade, onde as “ecorregiões” são citadas dentro dos seus objetivos
443 específicos, no que diz respeito a conservação *in situ* e a garantia de representatividade dos
444 diferentes ecossistemas no SNUC. Complementou dizendo que a abordagem ecorregional tem como
445 objetivo não somente a preservação das espécies, mas também dos processos responsáveis pela sua
446 manutenção, reiterando que não é objetivo específico do estudo definir áreas de restrição de uso,
447 mas em caráter exploratório e nas instâncias cabíveis, subsidiar as discussões em relação a este e
448 aos demais tópicos relacionados ao uso sustentável dos ecossistemas aquáticos. Enfatizou que a
449 estratégia para a conservação da biodiversidade brasileira não vinha levando em consideração as
450 necessidades da biota aquática e que apesar de não ser atribuição do SINGREH, a SRH/MMA
451 poderia apoiar a realização de estudos que viessem a subsidiar discussões para que a temática seja
452 contemplada dentro dessa estratégia. Da mesma maneira, o estudo viria subsidiar as discussões
453 referentes a gestão de recursos hídricos que também não vinha considerando de forma efetiva a

454 perspectiva da biota aquática, promovendo uma maior integração entre políticas. Explicou que o
455 delineamento das “Ecorregiões Aquáticas do Brasil” foi uma iniciativa resultante de ação
456 transversal envolvendo as Secretarias Executiva - SECEX, de Recursos Hídricos - SRH e de
457 Biodiversidade e Florestas – SBF do Ministério do Meio Ambiente, com o apoio do Fundo Setorial
458 de Recursos Hídricos – CT-HIDRO do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, tendo como
459 ponto de partida estudo elaborado pelas Organizações Não Governamentais The Nature
460 Conservancy – TNC e World Wildlife Fund – WWF. O estudo coordenado por Dr. Paulo Petry
461 reúne informações sobre a distribuição geográfica de peixes contidas em publicações, museus e
462 bases de dados, tendo sido avaliado e consolidado por especialistas brasileiros em organismos
463 aquáticos reunidos em evento específico promovido pelo CT-HIDRO. A Sra. Patrícia respondeu,
464 dizendo que não queria desmerecer o trabalho, alertou para o fato de que a proposta não estava no
465 mesmo nível das demais regiões já estabelecidas pelo SISNAMA, como é o caso dos corredores
466 ambientais. Disse, ainda, a Conselheira que não concordava que a formalização destas regiões
467 viessem a ocorrer pela primeira vez, como instrumento público pelo PNRH. O Sr. Jaime do MCT
468 sugeriu que fosse acatada a proposta para se reescrever o item 7.2, mencionando, inclusive, o
469 Decreto 4.339, citado anteriormente. O Sr. Assis propôs, como encaminhamento, que o item fosse
470 mantido, com enfoque mais objetivo, com citação dos aspectos legais e estratégias existentes. A Sra.
471 Patrícia ficaria encarregada de analisar o novo texto de consenso, caso permanecesse a
472 discordância, o assunto seria levado à plenária do CNRH como destaque. Como sugestão ao novo
473 texto, a Sra. Patrícia recomendou deixar claro que o que se propunha não era uma proposta de
474 zoneamento e que não era o PNRH que estava propondo a sua institucionalização. Deixou claro que
475 o CNRH não faz gestão ambiental, a competência do CNRH está relacionada à gestão de uso dos
476 recursos hídricos. Os membros da CT aprovaram a sugestão de encaminhamento da proposta. A
477 terceira questão polêmica levantada estava relacionada à hierarquização dos Planos Nacional,
478 Estadual de Recursos Hídricos e os de Bacia. O Sr. Fred discordou do texto contido na página 27 do
479 primeiro volume do PNRH, que trata dos *Planos de Recursos Hídricos*, no qual cita “*dada a*
480 *abrangência dos Planos de Recursos Hídricos nos âmbitos Nacional, Estadual, Distrital e Regional*
481 *(por bacia)...*”. Entende o Sr. Fred que os planos de recursos hídricos serão elaborados por bacia
482 hidrográfica, por Estado e para o País, como cita o artigo 8.º da Lei 9.433. Assim, ponderou, “a
483 ordem adotada pelo texto não existe”. Lembrou ainda “que os Estados não têm competência para
484 legislar sobre os recursos hídricos”. O Sr. Marley não concorda com o que foi mencionado, após
485 fazer menção inclusive à Constituição, afirmou que os Estados têm competência, sim, para legislar
486 sobre a administração das águas sobre seu domínio sem entretanto inovar, mas respeitando as
487 características regionais. Complementou, dizendo que as citações contidas no texto não
488 significavam hierarquização, porque se a Lei 9.433 não o fez, não caberia ao PNRH fazê-lo. O Sr.
489 Assis ratificou o que foi dito, falando que se a Constituição estabelece os domínios para as águas,
490 os Estados devem ter condições para legislar sobre aquelas sob seu domínio. Defendeu ainda o
491 princípio da subsidiariedade ao invés da subordinação, em função de uma suposta hierarquização
492 entre os Planos de Recursos Hídricos. Em resposta, o Sr. Fred disse que entendia que a legislação
493 existe e que os Estados devem fazer sua adequação. O presidente da CT achou que o tema era
494 relevante e que a questão do estabelecimento do escopo dos Planos de Bacia deveriam ser tema para
495 uma resolução específica. Devido à complexidade do tema, foi recomendado que a discussão fosse
496 postergada. Outro ponto levantado por membros da CT foi relacionado aos aspectos que tratam da
497 variabilidade climática. Foi sugerido que este tema fosse inserido no capítulo IX, escrito pela ANA.
498 O Sr. Lotufo, representando a Agência, concordou com a relevância do assunto e recomendou ao
499 Sr. Bolívar que se encarregasse de inserir as sugestões no item disponibilidade hídrica. Outro ponto,
500 rememorado pelo Sr. Assis, foi relativo a uma sugestão do Sr. Demétrios em termos de se criar um
501 programa para tratar de usos “*Pré Consultivos*”, como aqueles relacionados ao uso incorreto dos
502 solos agrícolas. O Consultor Sr. Lobato pediu o aval da CTPNRH para ser incorporada a sugestão
503 no Programa de Conservação do Solo e da Água, por oportuno registrou que nos estados do sul e
504 em São Paulo existem programas com este escopo muito bem sucedidos. Acrescentou ainda o Sr.
505 Lobato que especificamente sobre a criação de um programa específico, relacionado a Uso Animal

506 dos Solos, também sugerido pelo Sr. Demetrios, ponderou o Consultor, ser possível com melhor
507 detalhamento do mesmo programa de Uso e Manejo dos Solos, citado anteriormente. Outros temas
508 especiais foram também elencados pelo Presidente da CTPNRH, quais sejam: - Destaque à bacia do
509 Rio Paraíba. - Menção ao Aquífero Guarani.- Destaque à Região Semi Árida. Questionada pelo
510 Presidente da CTPNRH, a SRH manifestou-se através do Sr. Luís Augusto, que mencionou a
511 existência do Capítulo X do volume I do PNRH que explicita, *Experiências Existentes em algumas*
512 *Situações Especiais de Planejamento*. As experiências descritas, necessariamente não se
513 transformariam em Programas, a intenção é a de trazer os temas à tona, finalizou o representante da
514 SRH. A Sra. Patrícia recomendou, diante do que foi dito, que se destaque no mesmo capítulo o tema
515 Aquífero Guarani que já vem sendo uma experiência em curso na própria SRH. Por sua vez, a Sra.
516 Ninon recomendou que o tema também fosse abordado, quando das áreas de planejamento
517 transfronteiriços. Continuou a Conselheira, defendendo a importância de destaque para o tema do
518 conjunto que envolve a questão da Bacia do Rio Paraíba do Sul e a transposição de águas para o
519 sistema Guandu. A proposição é a de se ter um programa específico como área especial de
520 Planejamento. Em resposta, o Consultor Lobato explicou a existência de apenas 5 áreas especiais de
521 planejamento. Inicialmente reconheceu a importância da Bacia do Rio Paraíba do Sul para a região
522 metropolitana do Rio de Janeiro, por isso, a Bacia já é considerada como especial para a
523 implementação da Política de Recursos Hídricos e do SINGERH, mas não concordava que a mesma
524 viesse a ser uma área especial de planejamento nos moldes como estas áreas estão sendo propostas.
525 A Bacia em questão, continuou o Consultor, é uma bacia clássica, que já recebe todo o apoio
526 necessário, por outro lado, as áreas especiais de planejamento vão exigir adequações gerais da
527 Política bem como dos instrumentos de gestão, o que não é o caso da Bacia do Rio Paraíba do Sul.
528 A Sra. Patrícia, concordando com o Consultor Lobato, disse que as áreas especiais o são, porque a
529 solução para a Gestão dos Recursos Hídricos não poderá ser resolvida pelos trâmites normais e
530 instrumentos existentes, exigirá adequações, o que não é o caso do Paraíba do Sul.
531 Complementando, a Conselheira Ninon ainda comentou sobre a interface da Bacia do Rio Paraíba
532 do Sul e a gestão costeira. O Secretário João Bosco ponderou que a preocupação manifestada pela
533 Conselheira poderia ser contemplada no programa proposto para a Gestão Costeira. O Sr. Assis em
534 função da importância na qual a Sra. Ninon balizou o problema, sugeriu colocar no escopo básico
535 do Programa Gestão Costeira as preocupações citadas pela Conselheira. Por oportuno, o Sr. Lotufo
536 sugeriu maior generalização com situações similares, como é o caso do complexo Mundau em
537 Alagoas que poderia ser citado como foco, destaque ou área piloto no escopo do programa
538 mencionado. A Sra. Andrea Carestiatto concorda com o Sr. Lotufo e solicita que haja de fato uma
539 referência específica para o Paraíba do Sul e Guandu pelo aspectos turísticos, históricos,
540 econômicos, ambientais e ecológicos. Complementou, dizendo que os aportes oferecidos pela
541 Gestão não são suficientes porque o sistema está sendo incapaz, por isso há necessidade que algo
542 especial exista, concluiu, dizendo que há necessidade de clareza para garantir o que for necessário.
543 Após manifestações, o Presidente da CTCNRH disse que já havia consenso para incorporar no
544 programa específico as sugestões citadas. O Presidente da CT Sr. Assis, continuando as discussões,
545 colocou que o último ponto considerado polêmico foi proposto pelo Sr. Fred e estava relacionado
546 ao Volume do PNRH, Programas Nacionais e Metas e mais especificamente o Programa VI *Usos*
547 *Múltiplos e Gestão Integrada de Recursos Hídricos*, no que diz respeito ao aproveitamento dos
548 potenciais hidráulicos. Sugeriu o Sr. Fred que fosse inserida mais uma macro diretriz para aquele
549 programa com o seguinte teor: “*Propugnar para que o planejamento das bacias hidrográficas seja*
550 *integrado, racional e multiuso, de sorte que os conflitos intersetoriais ou entre usuários de*
551 *recursos hídricos sejam equacionados e resolvidos nessa fase. Tal planejamento será efetuado*
552 *pelas respectivas agências de águas, ouvidos todos os setores usuários de recursos hídricos, e a*
553 *partir de inventário holístico e multiuso da bacia hidrográfica. Ele compreenderá a divisão de*
554 *quedas de cada curso d'água e a definição dos eixos das barragens, assim como as suas alturas e*
555 *do arranjo de suas unidades constitutivas.*” O consultor Lobato explicou que no Plano há diretrizes
556 claras, recomendando a todos os setores que façam seus planejamentos setoriais. Disse ainda que
557 haviam dois programas o V.1 e o V.2 que descrevem a “Avaliação de impactos Setoriais na Gestão

de Recursos Hídricos” e propõem ações pró-ativas no sentido de adequar e/ou complementar programas que promovam a integração setorial. Finalmente insistiu o Consultor que o PNRH não deve definir planejamentos setoriais, deve ser transversal e não impositivo. O Sr. Eduardo Madeira informou que o Setor Elétrico vai continuar fazendo o seu planejamento setorial e recomendou que os demais setores planejem, para melhor harmonização. Posicionou-se contrário ao texto proposto para a nova macro diretriz. A Sra. Ninon informou que o Fórum Brasileiro de ONGs defende que devem ser respeitadas as questões de sustentabilidade de todos os empreendimentos relacionados ao aproveitamento dos Recursos Hídricos, e que devem sempre ser consideradas as questões inerentes aos usos múltiplos, o que historicamente não vinha sendo feito. A Sra. Patrícia lembrou que o CNRH, em atendimento às preocupações manifestadas, estabeleceu na Resolução n.º 37 de 26/05/2004, o detalhamento dos aspectos relacionados à harmonização setorial. A Sra. Regina, referindo-se ao Setor Elétrico representado por ela, disse que o mesmo tem planejamento, é organizado e muito regulado e lembrou que tudo o que foi dito anteriormente já possui legislação específica, inclusive com previsões de mitigação de impactos decorrentes dos empreendimentos. A Sra. Andrea Calestiatto reconheceu a competência do Setor Elétrico e do seu sistema de planejamento, mas disse que o que se propõe não é uma questão legalista e afirmou que o fato do setor ter seu planejamento, não lhe permite comandar o processo de uso dos Recursos Hídricos. O que se pretende é a transversalidade de fato. Finalizou, dizendo que o PNRH é para toda a sociedade, deve atender a todo o território para poder atingir os seus objetivos sociais. O Sr. Lotufo sugere que primeiro deve-se enxergar o nível de detalhamento atual do PNRH, no futuro após revisões, tudo poderá ser aprimorado. Disse ainda que o que se propõe no Programas e Diretrizes do PNRH, na linha do generalismo, é que o mesmo deve ser um incentivo para incentivar os diversos setores a terem seus respectivos planejamentos o que não ocorre com os setores agrícola e hidroviário. A Sra. Patrícia recomenda inserir ou fazer menção ao Artigo 52 da Lei 9.433 no Subprograma V.2, que trata da " Compatibilização e Integração de Projetos Setoriais", acrescentando que venha a ser feita uma avaliação com o objetivo de se observar o atendimento ou não ao que explicita o referido artigo. Retomando a palavra, o Sr. Fred voltou a comentar sobre o Artigo 52 da Lei 9.433 no qual, pode-se inferir que após aprovação do PNRH, a legislação setorial específica deixará de existir. Comentou ainda que o setor representado por ele está se sentindo prejudicado pelo fato do Plano não estar atendendo a este preceito legal, por isso teria sugerido o texto para uma nova macro diretriz. A intenção é a de enfatizar os conflitos que já existem, e neste aspecto a resolução 37 do CNRH não atende o que o setor solicita. O Presidente da CTPNRH sintetizou as discussões, dizendo que a dúvida seria: " como incorporar no PNRH o que recomenda ou insinua o Art. 52 da Lei 9.433, como satisfazer a demanda da Lei". Mencionou que a primeira proposta do Sr. Fred foi a de acrescentar uma nova macro diretriz. A segunda proposta da Sra. Patrícia era para ser inserido no Subprograma V.2 a incorporação do problema com o texto sugerido pelo Sr. Lotufo. O Consultor Lobato, diante de todas as colocações, considerou que as questões atingem 3 subprogramas, V-1, V-2 e VI-6 e sugeriu: No subprograma V-1 sublinhar nas diretrizes o que foi recomendado pelo Sr. Lotufo em termos de incentivar o planejamento setorial, com o viés de usos múltiplos na fase inicial de planejamento. No Subprograma V-2 inserir o que foi sugerido pela Sra. Patrícia em termos de uma avaliação do atendimento ou não ao Artigo 52 da Lei 9.433. No Subprograma VI-6 sugeriu uma adequação do título do Subprograma, atentando para o que foi sugerido em termos das macro diretrizes destacarem os estudos de interesse da navegação. Consultados, os membros da CTPNRH concordaram com as proposições do Consultor. Retornando à reunião, o Secretário João Bosco, dirigindo-se ao Sr. Fred, disse que praticamente tudo que foi proposto pelo representante do Ministério dos Transportes foi acatado, em seguida abordou cada uma das questões, dando, inclusive, as justificativas para o acatamento ou não das emendas para o volume I do PNRH- Panorama e Estado dos Recursos Hídricos do Brasil. Especificamente sobre conflitos, foi dito pelo Sr. João Bosco que o texto do Plano já traz alguns conflitos e somente estes serão citados. A Sra. Patrícia Boson lembrou que nos cadernos regionais e setoriais que estão disponíveis e fazem parte do Plano, explicitam estes conflitos. O importante citou a Conselheira, não é a citação do conflito e sim, saber quem será responsável pela solução do

610 mesmo. O Sr. Madeira também ponderou que não cabe agora mencionar conflitos, se isso ocorrer o
611 setor representado por ele se sentirá no direito de colocar os aspectos contraditórios. Sobre questões
612 internacionais propostas pela ANA, informou o Secretário que estas serão enviadas para análise no
613 MRE. Encerradas as atividades na parte da manhã do segundo dia, foi proposto e aprovado o
614 seguinte encaminhamento para a o período da tarde: 1- Análise do do parecer Técnico da CTPNRH.
615 - 2- Análise de minuta de resolução que aprova o PNRH. *Segundo dia período da tarde: - Item*
616 *4.1-Discussão e análise do Parecer da CT sobre o PNRH* - O Presidente da CT explicou que a
617 minuta do parecer em discussão, que aprova os documentos do PNRH, foi feita anteriormente, e
618 após aprovada pelos membros da CT, será encaminhada, juntamente com uma proposta de
619 resolução à CTIL. Sugeriu que a sua aprovação fosse feita em bloco, para posteriormente virem a
620 ser analisadas e aprovadas possíveis emendas. Posta em votação, a minuta do Parecer foi aprovada
621 por unanimidade. Em seguida foi iniciado o refinamento do respectivo Parecer. O Sr. Fred solicitou
622 que fosse incluído no parecer uma menção ao Art. 52 da Lei 9.433. Colocada em votação a
623 proposta, não houve concordância por parte dos membros da CT. O Sr. Assis informou aos
624 membros da CT que todas as sugestões encaminhadas na forma de emendas e a forma como estas
625 foram acatadas, incorporadas, ou não, ao PNRH, serão sistematizadas pelo GTCE e farão parte
626 desta ata como anexo. A Sra. Ninon sugeriu que o parecer contenha um parágrafo mencionando o
627 anexo a esta Ata. O Sr. Assis concordou e informou que a referência ao anexo já existe no item 5 do
628 Parecer- Recomendações. O Sr. Fred voltou a insistir para que fosse mencionado no Parecer o Art.
629 52 da Lei 9.433. O Sr. Madeira e Sra. Patrícia não concordaram por entenderem que o PNRH não
630 vai e não deve alterar programações setoriais específicas. O Sr. Assis ponderou que não se sentia
631 confortável para alterar o seu Parecer, por entender que outros aspectos da Lei também não foram
632 contemplados pelo PNRH. Complementando, a Sra. Patrícia insistiu que não se deve dar foco em
633 única questão, se isso ocorrer pode-se aparentar que aquela questão é a essencial. O Presidente da
634 CT ponderou que, como não havia consenso, não iria acatar a sugestão do Sr. Fred, pediu
635 compreensão e solicitou que o assunto fosse remetido a esta Ata. Outras sugestões foram também
636 formuladas ao documento, sendo parcialmente acatadas e validadas pela CT. Finalmente foi
637 recomendado que fosse incluído no parecer os procedimentos relacionados aos encaminhamentos à
638 CTIL e plenária do CNRH, a recomendação foi acatada e o Parecer foi aprovado por aclamação
639 (ANEXO 6). O Secretário João Bosco retornou à reunião para informar que no volume IV –
640 Programas Nacionais e Metas será colocado na página 23 um novo parágrafo, mencionando que no
641 que tange aos executores e intervenientes no documento iriam ser restringidos aos órgãos e
642 entidades do MMA notadamente SRH e ANA, posteriormente quando do detalhamento
643 operacional, outras entidades parceiras deverão ser incluídas. *Item 4.2- Discussão e análise de*
644 *proposta de resolução* - O Presidente da CT Sr. Assis rememorou que a proposta de resolução
645 (ANEXO 7) preparada pela SRH foi encaminhada a todos com a devida antecedência e que após,
646 recebeu também sugestões de emendas as quais foram incorporadas e sistematizadas. Informou
647 ainda que, no intervalo do almoço, o Sr. Marley da SRH ficou encarregado de analisar sugestões
648 propostas pelas Sras. Patrícia e Ninon para posteriormente apresentarem uma nova versão da
649 minuta de resolução que trata da aprovação do PNRH. Comunicou ainda o Presidente da Câmara
650 que ele estaria ausente da reunião da CTIL que iria acontecer no dia 16/01/06 e que indicava as
651 Senhoras Patrícia e Ninon para representar a CT na referida reunião, onde seriam apresentados o
652 Parecer da CTPNRH e a proposta de resolução em discussão. Todos os membros presentes na
653 reunião aprovaram o encaminhamento proposto. Antes da apresentação da proposta de resolução,
654 foi solicitado à Sra. Ninon e Sra. Patrícia que apresentassem suas sugestões à minuta de resolução.
655 A Sra. Ninon sugeriu que fossem acrescentados dois considerandos: o primeiro, mencionando o
656 Documento Base de Referência – DBR, que refletia um momento histórico no processo de
657 construção do PNRH, o segundo diz respeito à menção da Moção 35 de 18/12/05 do CNRH, que
658 recomenda a inclusão no PNRH das questões inerentes à Água e Florestas. As sugestões foram
659 acatadas. A Sra. Patrícia sugeriu retirar os parágrafos 1 e 2 da primeira minuta, sugestão acatada.
660 Sugeriu retirar a palavra *conteúdo* e voltar a palavra *volumes*, sugestão acatada. Após, o Sr. Marley
661 foi convidado a apresentar a nova versão da proposta de resolução. O Sr. Marley deu ênfase às

662 incorporações feitas à Minuta em função das sugestões recebidas. Comunicou que foi acrescentado
663 um parágrafo ao artigo primeiro, que trata do detalhamento do PNRH que deverá ser realizado pela
664 SRH até 31/12/2007. Disse ainda que foram acrescentados três novos artigos com o seguinte
665 conteúdo:- anualmente a ANA fará a atualização da Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil. -
666 Que detalha o processo de revisão do PNRH.- Que estabelece como função do CNRH o
667 estabelecimento de critérios para o processo de avaliação e aprovação das revisões do PNRH. Após
668 apresentação da nova proposta de resolução, a mesma foi aprovada pela CTPNRH (**ANEXO 8**).
669 Antes do encerramento da reunião, foram apresentadas as 6 sugestões para os nomes dos três
670 cenários estabelecidos no PNRH quais sejam:1- Encontro das Águas/Confronto das Águas/Descaso
671 das Águas.-2- Águas de Março/Águas do Tororó/Lá vai Maria.-3- Águas Azuis/Águas
672 Amarelas/Águas Turvas.- 4- Águas para Todos/Águas para Alguns/Águas para Poucos.- 5- Águas
673 em Fluxo/Águas Escassas/Águas Estagnadas.- 6- Águas Verdes/Águas Amarelas/Águas Turvas.
674 Após defesas das diversas propostas, o assunto foi colocado em votação sendo a proposta 4 a
675 escolhida. **Item 5- Assuntos Gerais e definição da pauta para a próxima reunião.-** Ficou decidido
676 que a data para a próxima reunião da CTPNRH, bem como sua pauta seriam definidos após reunião
677 plenária do CNRH dia 31 e 31/01/06. O Secretário João Bosco informou que graças ao apoio da
678 WWF está sendo veiculado em alguns canais de televisão um filme relacionado ao PNRH. **Item**
679 **6- Encerramento-** O Sr. João Bosco agradeceu a todas as CTs do CNRH pelas contribuições, apoio
680 e trabalho. Agradeceu também às equipes técnicas da SRH e ANA que compõem o GTCE, bem
681 como a todos os consultores e às comissões executivas regionais. Enfocou que o espírito que
682 norteou todo o processo de elaborar um Plano para a Nação, sendo ele testemunha da dedicação de
683 todos. Concluiu, dizendo que esperava que a CTIL e o Plenário do CNRH possam também como a
684 CTPNRH validar e aprovar o PNRH. O presidente da CT, Sr. Assis, manifestou que o Plano foi
685 fecundo em resultados, foi ousado, chegou-se até a achar que ele não seria factível, quando o
686 processo de construção o fez trilhar outros caminhos como o da CENARIZAÇÃO Prospectiva ainda não
687 empregada para questões de recursos hídricos. Mencionou que diante destes cenários atuais, a
688 própria ABRH deve fazer este ano uma reflexão sobre os novos caminhos a serem trilhados na
689 gestão dos recursos hídricos. Parabenizou também a todos do GTCE, à SRH e ANA além dos
690 consultores que conseguiram tão bem sintetizar as questões dos Recursos Hídricos no Brasil e
691 esboçá-las no PNRH. Afirmou que o Plano não perdeu sua identidade e gerou outros subprodutos
692 como:- a construção e consolidação da equipe técnica da SRH; - a superação dos desafios de
693 relação institucional, como aqueles relacionados à aproximação entre SRH e ANA; a
694 institucionalização das CERs; a consolidação do espírito público no âmbito da CTPNRH, refletido
695 no caráter operacional exigido. Finalizando, disse sentir-se feliz em ter participado com o grupo no
696 processo de construção do Plano que ainda está em curso para a complementação dos conteúdos,
697 detalhamento dos programas. Estes são os próximos desafios, inclusive da CT, que deverão
698 contribuir para construir a cultura da gestão dos recursos hídricos no Brasil. Complementando, a
699 Sra. Ninon registrou a contribuição dada pela CTPNRH na gestão do Sr. José Leomax dos Santos e
700 do Sr. Oscar de Moraes Cordeiro Netto para a conquista daquele objetivo de elaborar e aprovar o
701 PNRH. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Francisco de Assis agradeceu mais uma vez a presença de
702 todos, e deu por encerrada a 41.ª reunião da CTPNRH.

703 RESUMO DAS DECISÕES E RECOMENDAÇÕES DA 41ª REUNIÃO DA CTPNRH

704 1 - O GTCE deverá elaborar a sistematização de todas as sugestões apresentadas ao PNRH, a sua
705 utilização ou recusa, com respectivas justificativas (**ANEXO 9**).

Francisco de Assis Souza Filho
Presidente da CTPNRH

Ednaldo Mesquita
Relator da CTPNRH